



PRESS RELEASE

Mozambique Launches Code of Conduct to Strengthen an Ethical, Inclusive and Safe Humanitarian and Development Response

MAPUTO, 29th April 2025 - In a joint demonstration of commitment to the protection and dignity of people affected by crises, the National Institute for Disaster Risk Reduction and Management (INGD), the Attorney General's Office (PGR) and the United Nations in Mozambique officially launched the Code of Conduct for humanitarian actors today.

The Code establishes standards of conduct for all those providing humanitarian assistance in the country, ensuring that the principles of ethics, integrity, protection against sexual exploitation and abuse (SAE) and accountability are at the heart of the humanitarian response. The Code of Conduct applies to all actors – state institutions, civil society, international organizations, security forces, community leaders and humanitarian and development partners.

During the event, the Hon. Mr Adelto Chambela, Director of the Social and Environmental Safeguards Division at INGD, representing Her Excellency Ms Luísa Celma Meque, President of INGD, highlighted that “this code is a living instrument, which ensures that the principles of ethics, integrity and respect guide all humanitarian actions in Mozambique; it symbolises our commitment to safe, responsible and people-centred assistance”.

The launch comes at a time when Mozambique is facing a convergence of crises: the devastating impact of cyclones Chido, Dikeledi and Jude between late 2024 and early 2025; the complex crisis in Cabo Delgado; and the severe droughts in the central provinces induced by the El Niño phenomenon.

The implementation of the code includes clear mechanisms for reporting and responding to cases of misconduct. Therefore, close collaboration with the justice sector is essential to follow up on reports, protect victims and hold perpetrators accountable.

“This joint effort represents a significant step forward in protecting victims and holding perpetrators accountable,” said the Hon. Dr. Amâncio Zimba, Assistant Attorney General. “The Office of the Attorney General will continue to ensure that allegations of sexual exploitation and abuse are treated with rigor, speed and justice,” continued the Hon. Assistant Attorney General.

This launch reflects the United Nations' ongoing commitment to human rights and the protection of populations affected by crises. Ms. Paola Emerson, Chief of the UN Office for Humanitarian Affairs, representing the United Nations Resident Coordinator and Humanitarian Coordinator for Mozambique, Dr. Catherine Sozi, affirmed that the “Code of Conduct reinforces our collective commitment to the dignity and security of every man and woman living in Mozambique.” “Through this exemplary collaboration between the



Government of Mozambique and the United Nations, we reaffirm that protecting people is the foundation of all effective humanitarian response and development efforts,” stressed Ms. Paola Emerson.

The organization of this event and the associated technical workshop was jointly supported by the International Organization for Migration (IOM), the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), the United Nations Population Fund (UNFPA), the United Nations High Commission for Refugees (UNHCR), the United Nations Children’s Fund (UNICEF), the World Food Programme (WFP) and other members of the Protection against Sexual Exploitation and Abuse (PEAS) Network. This collective effort demonstrates the international community’s firm commitment to principled, people-centered and abuse-free assistance.

[End]

MEDIA ENQUIRES

Helvisney Cardoso

Communications and Coordination Advisor, UN Mozambique

+258 840448997; helvisney.cardoso@un.org





COMUNICADO DE IMPRENSA

Moçambique Lança Código de Conduta para Reforçar uma Resposta Humanitária e de Desenvolvimento Ética, Inclusiva e Segura

MAPUTO, 29 de abril de 2025 - Em uma demonstração de compromisso conjunto com a proteção e dignidade das pessoas afetadas por crises, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), a Procuradoria-Geral da República (PGR) e as Nações Unidas em Moçambique lançaram hoje oficialmente o Código de Conduta para os atores humanitários.

O Código estabelece padrões de atuação para todos os que prestam assistência humanitária no País, assegurando que os princípios de ética, integridade, proteção contra exploração e abuso sexual (EAS) e responsabilização estejam no centro da resposta humanitária. O Código de Conduta se aplica a todos os atores — instituições estatais, sociedade civil, organizações internacionais, forças de segurança, líderes comunitários e parceiros humanitários e de desenvolvimento.

Durante o evento, o Exmo. Senhor Adelto Chambela, Diretor da Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais do INGD, em representação de Sua Excelência a Presidente do INGD, Sra. Luísa Celma Meque, destacou que “este código é um instrumento vivo, que garante que os princípios de ética, integridade e respeito guie todas as ações humanitárias em Moçambique; este simboliza o nosso compromisso com uma assistência segura, responsável e centrada nas pessoas”.

O lançamento ocorre num momento em que Moçambique enfrenta uma convergência de crises: o impacto devastador dos ciclones Chido, Dikeledi e Jude entre o final de 2024 e o início de 2025; a complexa crise em Cabo Delgado; e as secas severas nas províncias do centro do País induzidas pelo fenômeno climático El-Niño.

A implementação do código inclui mecanismos claros de denúncia e resposta a casos de má conduta. Por isso, a colaboração estreita com o setor da justiça é essencial para dar seguimento às denúncias, proteger as vítimas e responsabilizar os agressores.

“Este esforço conjunto se traduz em um avanço significativo na proteção das vítimas e na responsabilização dos agressores”, afirmou o Digníssimo Sub-Procurador Geral da República, Dr. Amâncio Zimba. “A Procuradoria-Geral da República continuará a garantir que as denúncias de exploração e abuso sexual sejam tratadas com rigor, celeridade e justiça”, continuou o Digníssimo Sub-Procurador Geral.

Este lançamento é reflexo do compromisso contínuo das Nações Unidas com os direitos humanos e a proteção de populações afetadas por crises. A Sra. Paola Emerson, Chefe do Escritório de Coordenação de Assuntos



Humanitários, representando a Coordenadora Residente das Nações Unidas e Coordenadora Humanitária para Moçambique, Dra. Catherine Sozi, afirmou que o “Código de Conduta reforça o nosso compromisso coletivo com a dignidade e a segurança de cada mulher e homem que vivem em Moçambique”. “Através desta colaboração exemplar entre o Governo de Moçambique e as Nações Unidas, reafirmamos que a proteção das pessoas é a base de toda resposta humanitária e esforços de desenvolvimento eficaz”, frisou a Sra. Paola Emerson.

A organização deste evento e do workshop técnico associado contou com o apoio conjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR em sua sigla em inglês), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA em sua sigla em inglês), da Organização Mundial para as Migrações (OIM), do Programa Mundial para a Alimentação (PMA) e de outros membros da Rede de Proteção contra a Exploração e Abuso Sexual (PEAS). Este esforço coletivo demonstra o compromisso firme da comunidade internacional com uma assistência baseada em princípios, centrada nas pessoas e livre de abusos.

[Fim]

CONTATO PARA A IMPRENSA

Helvisney Cardoso

Conselheiro de Comunicação e Coordenação, ONU Moçambique
+258 840448997; helvisney.cardoso@un.org

